



PLANO DE ESTUDOS
TJ-SP
MAGISTRATURA

PLANO DE ESTUDOS



1 - PLANO DE ESTUDOS

Com a finalidade de melhor orientar seus estudos, elaboramos um **planejamento de estudos em ciclos**. O estudo por ciclos constitui em um método proporcional e alternado de estudos de todas as matérias objeto do certame escolhido.

Assim, inicialmente, você deve **delimitar o tempo que dedicará aos estudos**. Feito isso, poderá adaptar o ciclo dentro da sua disponibilidade. Caso você disponha de mais tempo diário de estudos, por exemplo, 8 horas diárias, o ciclo ficará mais curto. Se você dispuser de 4 horas diárias, naturalmente o período do ciclo irá se alongar um pouco mais. Não isso não é problema, pois cada um tem um ritmo de estudos e um tempo para chegar à sonhada aprovação. O importante é, decidido a estudar para concurso, você deve fazê-lo de forma profissional, aproveitando o tempo da melhor forma possível!

Mais uma observação quanto à delimitação do tempo de estudos. Não se empolgue! "Eu irei estudar 12 horas diárias!" Pense que o projeto que você irá desenvolver é um emprego temporário. Registre ponto! Você deve estudar todos os dias na forma como você estabelecer esse contrato. Não serão admitidas faltas ou descompromisso. Portanto, não exagere, caso contrário você não irá conseguir cumprir o cronograma. Não dar conta do planejamento, certamente, irá desmotivá-lo.

Não raras vezes, iniciamos com muito vigor, mas cansamos. Em decorrência disso, o candidato acha que é o culpado, minimiza a sua capacidade, a sua força de vontade. Mas muito provavelmente não é isso. Pode ser que você tenha criado uma expectativa muito grande, não exequível!

Além disso, independentemente do seu ritmo de estudos, se mais rápido ou mais devagar, ao final de cada ciclo você **terá estudado todas as matérias da ementa escolhida de acordo com a importância de cada uma delas para a sua prova**. É a melhor forma de organizar os estudos!

Temos, ainda, algumas premissas relevantes:

(1) Você não deve estudar apenas uma matéria ao longo do dia. Isso deixará o estudo mais cansativo. A falta de motivação será prejudicial para o aproveitamento.

Por exemplo, se você gosta de Direito Constitucional e Direito Civil, mas não gosta de Direito Penal, poderá iniciar os estudos com Direito Constitucional para iniciar com força total. Após, você estuda Direito Penal e, ao final, para manter a motivação, estuda Direito Civil. Não deixe para encerrar os estudos com Direito Penal, pois você estará cansado e desmotivado. Não inicie com a disciplina, pois a má-disposição poderá afetar o restante dos seus estudos.

Com isso você aproveitará a motivação extra de disciplinas que você tem mais apreço e intercalará com outras que você não gosta tanto. É uma forma inteligente de você usar a motivação a seu favor. Lembre-se: tudo o que fizer com vontade, de forma proativa, motivado, verá melhor resultado!

(2) Ao longo do período diário de estudos é fundamental que você faça pausas. Há estudos que demonstram que a capacidade de absorção é inversamente proporcional ao tempo seguido dedicado aos estudos. Na primeira hora a capacidade de aprendizado é ótima. Se você seguir de forma ininterrupta na segunda hora a capacidade de absorção será reduzida. Assim, sugere-se fazer pequenas pausas, de 10 a 15 minutos, para retomada dos estudos com vigor!

(3) Além disso, é fundamental que você faça uma revisão periódica das partes principais daquilo que você já estudou. Dado o volume de informações, nós sugerimos dois métodos de revisão insertos no ciclo: um primeiro a ser realizado **semanalmente** e outro ao **final do ciclo**.

Ao final de uma semana de estudos você terá visto um contingente significativo de conteúdo, logo poderá destacar parte do dia de estudo para revisar a matéria estudada ao longo da semana. É uma forma de alimentar e solidificar os conteúdos estudados.

Também é importante que, ao final do ciclo, você reserve outra parcela do cronograma de estudos para retomar aquilo que estudou ao longo das semanas anteriores.

(4) Concurso público é condicionamento. De nada adianta você sair em disparada e, ao final dos três primeiros meses, estar rastejando. O estudo para concursos jurídicos deve ser intenso, mas cadenciado.

Desse modo, **reserve um dia na semana para descansar**. Neste dia procure não estudar, no máximo prepare a organização dos seus estudos para a semana seguinte.

Esses parâmetros serão utilizados no nosso ciclo de estudos.

Para elaboração do ciclo de estudos vamos levar em consideração a proporção das matérias constantes do edital de 2018.

A tabela abaixo explicita a importância da disciplina, de acordo com o número de questões cobradas em provas. Além do parâmetro objetivo, indicamos qualitativamente as disciplinas que são mais

extensas em termos de conteúdo. Naturalmente, você precisará demandar mais tempo para estudar Direito Civil em comparação a Direito Administrativo, muito embora o número de questões cobradas seja o mesmo.

DISTRIBUIÇÃO PONDERADA CONFORME EMENTA	QUESTÕES	PERCENTUAL...	
		EM RELAÇÃO À PROVA	PONDERADO
DIREITO CIVIL	10	10%	16%
DIREITO PROCESSUAL CIVIL	10	10%	12%
DIREITO DO CONSUMIDOR	5	5%	2%
DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	5	5%	1%
DIREITO PENAL	10	10%	15%
DIREITO PROCESSUAL PENAL	10	10%	10%
DIREITO CONSTITUCIONAL	10	10%	15%
DIREITO ELEITORAL	5	5%	4%
DIREITO ADMINISTRATIVO	10	10%	10%
DIREITO AMBIENTAL	5	5%	2%
DIREITO TRIBUTÁRIO	10	5%	4%
DIREITO EMPRESARIAL	10	10%	7%

Assim, ao longo do ciclo de estudos distribuiremos o tempo de acordo com os percentuais que se encontram marcados em vermelho! Ao final do ciclo, 16% do tempo despendido você terá destinado ao estudo de Direito Civil, 12% ao estudo de Direito Processual Civil e, assim, sucessivamente.

Vamos montar o ciclo levando em consideração que você disporá de 4 horas diárias para estudar. Note que são 4 horas líquidas, já descontadas pausas e tempo para organização pré e pós-estudo.

Na representação diária você terá:

18:45	organização pré-estudo
19:00	1ª HORA DIÁRIA
19:15	
19:30	
19:45	
20:00	pausa
20:15	1ª HORA DIÁRIA
20:30	
20:45	
21:00	
21:15	pausa
21:30	1ª HORA DIÁRIA
21:45	
22:00	
22:15	
22:30	pausa
22:45	1ª HORA DIÁRIA
23:00	
23:15	
23:30	
23:45	organização pós-estudos

Note que para fazer 4 horas líquidas, serão necessários 5h e 15min em média para executá-lo com as pausas necessárias.

O ciclo será estruturado levando-se em consideração o estudo semanal de segunda a sábado.

Além disso, vamos destacar, pelo menos, 2 horas adicionais aos sábados para revisão semanal de estudos. Você poderá ultrapassar esse período caso tenha disponibilidade. Também nada impede que você finalize o estudo um pouco antes do previsto. O que importa é revisar o estudado ao longo das semanas.

Ao final do ciclo, reservaremos três dias inteiros para revisão do estudado até então.

Veja como fica:

- 94 horas de estudo;
- 6 horas de revisões semanais;
- 14 horas de revisão ao final do ciclo;

Com alguns ajustes e levando em consideração a proporcionalidade acima, você estudará o seguinte número de horas por disciplina:

CICLO	
DISCIPLINA	HORAS DE ESTUDO
DIREITO CIVIL	13
DIREITO PROCESSUAL CIVIL	11
DIREITO DO CONSUMIDOR	2
DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	2
DIREITO PENAL	13
DIREITO PROCESSUAL PENAL	9
DIREITO CONSTITUCIONAL	12
DIREITO ELEITORAL	3
DIREITO ADMINISTRATIVO	9
DIREITO AMBIENTAL	5
DIREITO TRIBUTÁRIO	3
DIREITO EMPRESARIAL	6
REVISÕES DE SÁBADO	6

REVISÃO DE FINAL DE CICLO	14
TOTAL ESTUDADO NO CICLO	108

Distribuindo esse ciclo ao longo do mês, temos:

CICLO						
Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
1 descanso	2 DCI - 2h ECA - 1h DAD - 1h	3 DPC - 2h EMP - 2h	4 DCO - 2h CON - 1h DP - 1h	5 DAD - 2h TRI - 1h DCI - 1h	6 DP - 2h DEL - 1h DPP- 1h	7 AMB - 2h DPP - 2h REV - 2h
8 descanso	9 DAD - 2h EMP - 1h DPC - 1h	10 DCO - 2h DP - 1h AMB - 1h	11 DCI - 2h DPP - 2h	12 DPP - 2h CON - 1h DCI - 1h	13 DCO - 2h DP - 2h	14 AMB - 2h DEL - 1h DP - 1h REV - 2h
15 descanso	16 DCI - 2h EMP- 2h	17 DP - 2h TRI - 1h DPC- 1h	18 DCO - 2h DPP - 1h DEL - 1h	19 DPC - 2h DP - 2h	20 DCI - 2h DAD - 2h	21 DPC - 2h DCO - 2h REV - 2h
22 descanso	23 DCI - 2h DPC - 1h DP - 1h	24 DPP - 1h EMP - 1h ECA - 1h TRIB - 1h	25 DPC - 2h DCO - 1h DP- 1h	26 DCO - 2h DAD- 2h	27 REV - 4h 1/3	28 REV - 6h 2/3
29 descanso	30 REV - 4h 3/3					

Esse ciclo deverá ser repetido constantemente até a data em que sair o edital.

Além disso, caso você tenha menos tempo, poderá reduzi-lo ou adaptá-lo para os dias da semana que tiver menor disponibilidade. Agora, se você tem mais tempo, poderá aumentar um pouco mais o número de horas diárias de estudos. Não é sugerido, contudo, ultrapassar 8 horas diárias, ao menos agora, no estudo pré- edital.

2 - EMENTA

Para finalizar e para que você acompanhe o seu progresso a longo dos ciclos de estudos, trouxemos a ementa verticalizada e organizada.

2.1 - DIREITO CIVIL

OBSERVAÇÕES	ASSUNTO	ESTUDADO?	REVISADO?
	1. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.		
	2. Capacidade. Direitos da Personalidade. Pessoas naturais. Início da personalidade e morte.		
	3. Pessoas jurídicas. Desconsideração da personalidade jurídica. Domicílio. Bens. Bens de família.		
	4. Fatos jurídicos. Negócios Jurídicos. Forma do negócio jurídico. Condição, termo e encargo. Representação.		
	5. Defeitos do negócio jurídico: erro, dolo, coação, fraude contra credores, lesão e estado de perigo.		
	6. Invalidez do Negócio Jurídico. Nulidade. Simulação. Efeitos da nulidade e da anulabilidade.		
	7. Ato lícito e ato ilícito. Abuso de direito. Teoria da aparência. Prescrição e decadência. Da prova.		
	8. Obrigações. Obrigações de dar, fazer e não fazer. Obrigações alternativas. Obrigações divisíveis e indivisíveis. Obrigações Solidárias.		
	9. Pagamento. Condições subjetivas e objetivas. Prova, lugar e tempo do pagamento.		
	10. Pagamentos especiais. Pagamento por consignação e com sub-rogação. Imputação em pagamento. Dação em pagamento.		
	11. Extinção da obrigação sem pagamento: novação, compensação, transação, confusão, compromisso e remissão.		

	12. Inadimplemento das obrigações. Mora. Perdas e danos. Juros legais e cláusula penal.		
	13. Arras. Transferência de obrigações: cessão de crédito, assunção de dívida, cessão de contrato.		
	14. Contratos. Classificação dos contratos. Contratos de adesão. Contrato aleatório. Contrato com pessoa a declarar. Contrato preliminar.		
	15. Formação dos contratos. Contratos por tempo determinado e indeterminado. Efeitos dos contratos. Estipulação em favor de terceiros.		
	16. Cláusulas gerais. Conceitos legais indeterminados. Conceitos determinados pela função. Interpretação dos contratos.		
	17. Vícios redibitórios. Evicção. Extinção dos contratos.		
	18. Compra e venda. Cláusulas especiais. Promessa de compra e venda. Troca ou permuta. Contrato estimatório. Doação.		
	19. Locação de coisas. Locação de imóveis urbanos. Comodato. Mútuo. Prestação de serviço. Empreitada. Depósito. Mandato. Comissão. Corretagem. Transporte. Fiança.		
	20. Seguro. Disposições gerais. Seguro de dano e seguro de pessoa. Contratos referentes a planos e seguros privados de assistência à saúde.		
	21. Atos unilaterais. Pagamento indevido. Enriquecimento sem causa.		
	22. Responsabilidade civil. Requisitos. Responsabilidade por fato de outrem. Responsabilidade sem culpa.		
	23. Responsabilidade pela perda de uma chance. Dano moral. Dano estético. Indenização do dano material e do dano moral.		
	24. Posse. Aquisição, perda e efeitos. Propriedade. Aquisição da propriedade imóvel e móvel. Perda da propriedade. Usucapião. Desapropriação judicial por interesse social.		
	25. Condomínio geral. Condomínio edilício. Direitos de vizinhança. Direito de Superfície.		

	26. Direitos reais sobre coisas alheias: servidões, usufruto, uso e habitação.		
	27. Direitos reais de garantia. Hipoteca. Penhor e suas espécies.		
	28. Propriedade resolúvel. Propriedade fiduciária. Alienação fiduciária em garantia no Código Civil e na legislação extravagante.		
	29. Direito real de aquisição. Loteamento. Incorporação imobiliária.		
	30. Família. Conceito e modalidades de família. Casamento. Processo matrimonial. Celebração. Forma. Modalidades.		
	31. Casamento: natureza jurídica, existência, validade e eficácia. Impedimentos e causas suspensivas. Casamento putativo. Uniões estáveis. Concubinato. Deveres conjugais.		
	32. Regime de bens. Pacto antenupcial. Dissolução da sociedade conjugal.		
	33. Paternidade e filiação. Paternidade post mortem. Filiação por reprodução assistida. Reconhecimento da paternidade. Paternidade biológica e sócio-afetiva. Poder familiar. Alimentos. Alienação parental.		
	34. Família substituta. Perda do poder familiar. Guarda. Tutela e curatela.		
	35. Sucessões. A herança e sua administração. Vocação hereditária. Aceitação e renúncia da herança. Cessão de herança. Excluídos da herança. Deserdação. Sucessão Legítima. Sucessão do companheiro.		
	36. Sucessão testamentária. Testamento. Formas de testamento. Disposições testamentárias. Codicilo. Fideicomisso. Legados. Direito de acrescer e substituições. Execução do testamento.		
	37. Sonegados. Redução das disposições testamentárias. Revogação, rompimento e anulação do testamento. Testamenteiro. Inventário e partilha.		
	38. Direito de autor. Registros Públicos.		
	39. Súmulas do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal		

2.2 - DIREITO PROCESSUAL CIVIL

OBSERVAÇÃO	ASSUNTO	ESTUDADO?	REVISADO?
	1. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.		
	2. Lei nº 13.256, de 4 de fevereiro de 2016.		
	3. Princípios constitucionais e infraconstitucionais do processo civil. Garantias constitucionais do processo. Autonomia do Direito Processual. Institutos e normas fundamentais do processo civil. Direito Processual Constitucional.		
	4. Interpretação da norma processual. Norma processual no tempo e no espaço. Efetividade do processo e acesso à Justiça. Escopos do processo. Instrumentalidade do processo.		
	5. Jurisdição. Elementos conceituais. Características. Espécies. Organização judiciária. Distinção em relação às demais funções do Estado. Jurisdição estatal e arbitral. Poderes do juiz e do árbitro. Impedimento e suspeição.		
	6. Competência. Critérios de determinação e de modificação. Incompetência absoluta e relativa. Conflito de competência. Cooperação internacional.		
	7. Funções essenciais à Justiça. Magistratura. Advocacia Pública e Privada. Assistência judiciária. Taxa judiciária. Ministério Público. Órgãos auxiliares da justiça. Conciliadores e mediadores.		
	8. A ação. Conceito e natureza. Condições da ação. Elementos da ação. Ação e tutela jurisdicional. Cumulação de ações. Classificação da tutela jurisdicional. Processo. Conceito e natureza. Espécies. Pressupostos processuais. Procedimento e relação jurídica processual.		
	9. Atos processuais. Forma, tempo e lugar. Regime de invalidades processuais. Preclusões. Comunicação dos atos processuais. Atos processuais eletrônicos. Convenção das partes em matéria processual.		
	10. Partes e terceiros no processo civil. Conceitos. Litisconsórcio, assistência e modalidades de intervenção de terceiros. <i>Amicus curiae</i> . Incidente de desconsideração da personalidade jurídica.		

	11. Tutela provisória. Tutela de urgência e tutela de evidência. Estabilização da tutela antecipada.		
	12. Petição inicial. Requisitos. Juízo de Admissibilidade. Audiência de conciliação e mediação. Defesa do réu. Contestação e reconvenção. Providências preliminares. Julgamento conforme o estado do processo. Audiência de saneamento e organização do processo.		
	13. Provas. Objeto, fonte e meios. Prova atípica e prova ilícita. Ônus da prova. Antecipação da prova. Provas em espécie e sua produção. Audiência de instrução e julgamento.		
	14. Sentença. Elementos e requisitos. Vícios das sentenças. Coisa julgada formal e material. Limites subjetivos, objetivos e cronológicos. Eficácia preclusiva da coisa julgada. Coisa julgada e resolução de questão prejudicial. Relativização da coisa julgada.		
	15. Recursos. Princípios gerais. Pressupostos de admissibilidade. Efeitos. Ações autônomas de impugnação. Ação rescisória. Reclamação.		
	16. Recursos em espécie: apelação, agravo de instrumento, embargos de declaração, recursos extraordinário e especial, embargos de divergência, agravo interno. Julgamento estendido em caso de divergência.		
	17. Precedentes judiciais. Incidente de resolução de demandas repetitivas. Julgamento de recursos repetitivos nos tribunais superiores. Assunção de competência. Súmula Vinculante. Controle concentrado de constitucionalidade.		
	18. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa. Ação de consignação em pagamento; ação de exigir contas; ações possessórias, ações de divisão e demarcação. Ação de dissolução parcial de sociedade.		
	19. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa: inventário e partilha, embargos de terceiro, oposição, ações de família, habilitação, restauração de autos, ação monitória, homologação de penhor legal, regulação de avaria grossa.		
	20. Arbitragem. Compromisso arbitral e cláusula compromissória. Tutelas de urgência antes, durante e depois do processo arbitral. Impugnação judicial da sentença arbitral. Meios alternativos de solução de conflito (Resolução nº 125 de 29 de novembro de 2010, do Conselho Nacional de Justiça). Instauração da Arbitragem.		

	Ação para obtenção do compromisso arbitral. Impedimento e Substituição do Árbitro. Responsabilidade do Árbitro. Cooperação do Poder Judiciário com a Arbitragem.		
	21. O Poder Público em juízo. Mandado de segurança. Ação Popular. Habeas data. Ação de improbidade administrativa. Execução fiscal e execução contra a Fazenda Pública. Suspensão de segurança.		
	22. Tutela dos interesses transindividuais. Direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.		
	23. Cumprimento de sentença e execução. Classificações. Pressupostos. Título executivo: espécies e requisitos. Liquidação.		
	24. Cumprimento de sentença para pagamento de quantia, para obrigação de fazer, não fazer e dar coisa certa. Cumprimento de sentença na obrigação de alimentos.		
	25. Execução por quantia certa contra devedor solvente. Procedimento. Penhora, avaliação e expropriação. Satisfação do credor.		
	26. Defesa do executado no cumprimento de sentença e na execução de título extrajudicial. Ações autônomas de impugnação à execução. Exceção de pré-executividade.		
	27. Procedimento dos Juizados Especiais Cíveis e Juizados Especiais da Fazenda Pública. Juizados Especiais Federais.		
	28. Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária. Características. Notificação e interpelação. Alienações Judiciais. Testamento e Codicilo. Herança Jacente. Bens dos Ausentes. Coisas Vagas. Tutela e curatela. Organização e Fiscalização das Fundações.		
	29. Ações locatícias. Ação de Despejo. Ação Renovatória. Ação Revisional. Ação Consignatória.		
	30. O processo da recuperação judicial e da falência.		

2.3 - DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

OBSERVAÇÃO	ASSUNTO	ESTUDADO?	REVISADO?
	1. Consectários em matéria de criança e adolescente. a) Princípio da prioridade absoluta e proteção integral. b)		

	Princípio da dignidade da pessoa humana. c) Princípio da participação popular. d) Princípio da excepcionalidade. e) Princípio da brevidade. f) Princípio da condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.		
	2. Dos Direitos da criança e do adolescente. a) Do Direito à Vida e à Saúde. b) Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade. c) Do Direito à Convivência Familiar e Comunitária. d) Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer. e) Do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho.		
	3. Da Adoção.		
	4. Das medidas de proteção.		
	5. Da Prevenção. a) Disposições Gerais. b) Da Prevenção Especial. c) Da informação, Cultura, Lazer, Esportes, Diversões e Espetáculos. d) Dos Produtos e Serviços. e) Da Autorização para Viajar. f) Do Juiz da Infância e da Juventude (arts. 146 a 149, da Lei nº 8.069/1990).		
	6. Dos Procedimentos.		
	7. Do Conselho Tutelar.		
	8. Da prática de ato infracional: definição, direitos individuais, garantia processuais, medidas socioeducativas, remissão, medidas pertinentes aos pais ou responsáveis.		

2.4 - DIREITO DO CONSUMIDOR

OBSERVAÇÃO	ASSUNTO	ESTUDADO?	REVISADO?
	1. Direitos do consumidor. Disposições gerais. Política nacional de relações de consumo. Direitos básicos do consumidor.		
	2. Qualidade de produtos e serviços. Prevenção e reparação dos danos. Proteção à saúde e à segurança. Responsabilidade pelo fato do produto e do serviço. Responsabilidade por vício do produto e do serviço.		
	3. Decadência e prescrição. Desconsideração da personalidade jurídica.		

	4. Práticas comerciais. Disposições gerais. Oferta. Publicidade. Práticas abusivas. Cobrança de dívidas. Bancos de dados. Cadastros de consumidores.		
	5. Proteção contratual. Disposições gerais. Cláusulas abusivas. Contratos de adesão.		
	6. Sanções administrativas.		
	7. Defesa do consumidor em juízo. Disposições gerais. Ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos. Ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços. Da tutela específica nas obrigações de fazer ou não fazer. Coisa julgada.		
	8. Sistema Nacional de defesa do consumidor. Convenção coletiva de consumo.		
	9. Súmulas do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.		

2.5 – DIREITO PENAL

OBSERVAÇÃO	ASSUNTO	ESTUDADO?	REVISADO?
	I – Conceito de Direito Penal. Penal. Sistemas Penitenciários.		
	II – CÓDIGO PENAL (Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940).		
	1 – Parte Geral a) Da aplicação da lei penal (arts. 1º a 12).		
	b) Do crime (arts. 13 a 25).		
	c) Da imputabilidade penal (arts. 26 a 28).		
	d) Do concurso de pessoas (arts. 29 a 31).		
	e) Das penas (arts. 32 a 95).		
	f) Das medidas de segurança (arts. 96 a 99).		
	g) Da ação penal (arts. 100 a 106).		
	h) Da extinção da punibilidade (arts. 107 a 120).		

	2 – Parte Especial		
	a) Dos crimes contra a pessoa (arts. 121 a 154).		
	b) Dos crimes contra o patrimônio (arts. 155 a 183).		
	c) Dos crimes contra a propriedade imaterial (arts. 184 a 196).		
	d) Dos crimes contra a dignidade sexual (arts. 213 a 234).		
	e) Dos crimes contra a família (arts. 235 a 249).		
	f) Dos crimes contra a incolumidade pública (arts. 250 a 285).		
	g) Dos crimes contra a paz pública (arts. 286 a 288).		
	h) Dos crimes contra a fé pública (arts. 289 a 311).		
	i) Dos crimes contra a administração pública (arts. 312 a 359).		
	III – LEI DAS CONTRAVENÇÕES PENAIAS (Decreto-lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941).		
	IV – LEIS PENAIAS ESPECIAIS		
	a) Crimes definidos na Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006.		
	b) Crimes definidos na Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003.		
	c) Crimes eleitorais (Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, e Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997).		
	d) Crimes de abuso de autoridade (Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965).		
	e) Crimes contra as relações de consumo (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990), a ordem tributária (Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990) e a ordem econômica (Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991).		
	f) Crimes contra a economia popular (Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951).		

	g) Crimes de trânsito (Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997).		
	h) Crimes de tortura (Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997).		
	i) Crimes contra o meio ambiente (Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998).		
	j) Crimes contra a criança e o adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990).		
	l) Crimes falimentares (Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005).		
	m) Crimes contra a violência doméstica e familiar (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006).		
	n) Crimes contra os idosos (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003).		
	o) Crimes de preconceito de raça ou cor (Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989).		
	p) Crimes hediondos (Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990).		
	q) Crimes de Licitações e Contratos da Administração Pública (Lei 8.666/93).		
	r) Crimes de Menor Potencial Ofensivo (Lei 9.099/95).		
	s) Crime Organizado (Lei 12.850/13).		
	t) Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores (Lei 9.613/98).		
	u) Execução Penal (Lei 7.210/84).		

2.6 – DIREITO PROCESSUAL PENAL

OBSERVAÇÃO	ASSUNTO	ESTUDADO?	REVISADO?
	I – Do processo penal em geral. Princípios Constitucionais e fontes do processo penal.		

	II – Código de Processo Penal (Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1.941). a) Disposições preliminares (arts. 1º a 3º).		
	b) Do inquérito policial (arts. 4º a 23).		
	c) Da ação penal (arts. 24 a 62).		
	d) Da ação civil (arts. 63 a 68).		
	e) Da competência (arts. 69 a 91).		
	f) Das questões e processos incidentes (arts. 92 a 154).		
	g) Da prova (arts. 155 a 250).		
	h) Do Juiz, do Ministério Público, do Acusado e Defensor, dos Assistentes e Auxiliares da Justiça (arts. 251 a 281).		
	i) Da prisão, das Medidas cautelares e da liberdade provisória (arts. 282 a 350).		
	j) Das citações e intimações (arts. 351 a 372).		
	l) Da sentença (381 a 393).		
	m) Dos processos em espécie (arts. 394 a 497 e 513 a 555).		
	n) Das nulidades e dos recursos em geral (arts. 563 a 667).		
	o) Disposições gerais (arts. 791 a 811).		
	III – Mandado de segurança em matéria criminal (Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009).		
	IV – Disposições processuais penais especiais.		
	a) Execução penal (Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984).		
	b) Entorpecentes (Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006).		
	c) Violência doméstica (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006).		
	d) Prisão temporária (Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1.989).		

	e) Juizados Especiais Criminais (Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995).		
	f) Interceptação telefônica (Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996).		
	g) Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965).		
	h) Falências (Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005).		
	i) Organizações criminosas (Lei nº 12.850/2013, de 02 de agosto de 2013).		
	j) Proteção a testemunhas (Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999).		
	k) Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores (Lei 9.613, de 03 de Março de 1998).		

2.7 – DIREITO CONSTITUCIONAL

OBSERVAÇÃO	ASSUNTO	ESTUDADO?	REVISADO?
	1. Constitucionalismo e teoria da constituição.		
	2. Constituição e Neoconstitucionalismo.		
	3. Poder Constituinte.		
	4. Emendas Constitucionais.		
	5. Organização do Estado. Estado de Direito Democrático.		
	6. Federação. Origens. A Federação Brasileira. Competências legislativas dos entes federados - Autonomia financeira, administrativa e política dos entes federados.		
	7. Evolução político-constitucional brasileira. As Constituições Brasileiras.		
	8. Normas Constitucionais: Hermenêutica e Filosofia Constitucional. Métodos de Interpretação. Aplicabilidade e Eficácia.		
	9. Mutação Constitucional.		

	10. Reforma e Revisão Constitucional.		
	11. Normas Constitucionais.		
	12. Controle da constitucionalidade. Controle da constitucionalidade Difuso. Controle da constitucionalidade Abstrato. Controle da Constitucionalidade em âmbito estadual. A Constituição do Estado de São Paulo como parâmetro para o Controle de Constitucionalidade.		
	13. Processo legislativo. Processo legislativo e reforma constitucional.		
	14. Intervenção Federal e Estadual.		
	15. Poder Legislativo.		
	16. Poder Executivo.		
	17. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas.		
	18. A Organização dos Poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário.		
	19. Ministério Público.		
	20. Direitos Fundamentais. Tratados e convenções internacionais.		
	21. Direitos sociais e coletivos.		
	22. Ações constitucionais.		
	23. Direitos Fundamentais. Direitos Fundamentais Coletivos.		
	24. Direitos de cidadania. Direito de sufrágio. Plebiscito, Referendo e Iniciativa Popular.		
	25. Garantias Fundamentais.		
	26. Princípios de Defesa na Constituição Federal.		
	27. Princípios constitucionais da Administração Pública.		
	28. Poder Judiciário.		
	29. A Emenda Constitucional nº 45.		

	30. Funções essenciais da Justiça. Ministério Público, Advocacia e Defensoria Pública.		
	31. Poder Judiciário. Direitos, garantias e deveres da Magistratura. O Estatuto da Magistratura. Atividade correcional.		
	32. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Ação Declaratória de Constitucionalidade. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. O controle difuso de constitucionalidade. Mandado de Injunção. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão. Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva.		
	33. Supremo Tribunal Federal. Conselho Nacional de Justiça. Superior Tribunal de Justiça. Tribunal Superior Eleitoral. Tribunais Regionais e Juízes Federais.		
	34. Poder Judiciário. Tribunais e Juízes Estaduais. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Disciplina do Poder Judiciário na Constituição Paulista. O controle de constitucionalidade dos atos estaduais e municipais.		
	35. Ordem Econômica e Financeira. Disciplina da Ordem Econômica na Constituição Paulista.		
	36. Tributação e Orçamento. Sistema tributário nacional e finanças públicas.		
	37. Ordem Social. Educação e Cultura. Ciência e Tecnologia. Comunicação Social. Meio Ambiente. Família, Criança, Adolescente e Idoso. Direito à Proteção Especial. Índios.		

2.8 - DIREITO ELEITORAL

OBSERVAÇÃO	ASSUNTO	ESTUDADO?	REVISADO?
	1. Estado Democrático de Direito. Cidadania. Sistema representativo. Soberania popular. Pluralismo político. Reforma política.		
	2. Direitos políticos. Perda. Suspensão. Sufrágio universal. Voto. Características do voto.		
	3. Partidos políticos. Conceito. História. Representação Político-partidária. Sistemas partidários. Criação, fusão e extinção dos partidos		

	políticos. Órgãos Partidários. Registros dos Partidos Políticos. Fundo Partidário. Fidelidade partidária. Aspectos constitucionais, legais e éticos.		
	4. Direito Eleitoral. Conceito. Fundamentos. Fontes e princípios. Interpretação. Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil ao processo eleitoral.		
	5. Representação. Sufrágio. Natureza. Extensão. Valor do sufrágio. Tipos de sufrágio. Sistemas Eleitorais. Sistema Majoritário. Sistema Proporcional.		
	6. Justiça Eleitoral. Organização. Competência. Classificações. Modelo brasileiro. Outros modelos. A ética do Juiz Eleitoral.		
	7. Justiça Eleitoral no Brasil. Evolução histórica. Diversificação funcional das atividades da Justiça Eleitoral e controle de legalidade. A atividade consultiva da Justiça Eleitoral. As Resoluções normativas da Justiça Eleitoral e seus limites.		
	8. Capacidade eleitoral: requisitos. Limitações derivadas do não cumprimento do dever eleitoral. Alistamento eleitoral. Fases do alistamento. Efeitos do alistamento. Cancelamento. Exclusão. Revisão do eleitorado.		
	9. Elegibilidade. Inelegibilidades constitucionais e infraconstitucionais ou legais. Arguição judicial de inelegibilidade. Domicílio Eleitoral. Filiação Partidária. Capacidade eleitoral passiva.		
	10. Ministério Público Eleitoral. Organização. Atribuições.		
	11. Democracia participativa. Institutos de participação popular. Plebiscito. Referendo.		
	12. Processo Eleitoral. Convenções partidárias. Registro de candidatos. Impugnação do registro de candidatura.		
	13. Campanha eleitoral. Financiamento dos Partidos Políticos, controle de arrecadação e prestação de contas. Captação ilícita de recursos. Abuso de poder político e econômico.		
	14. Propaganda política. Propaganda eleitoral. Normas legais e regulamentares. Jornalismo, propaganda e mídia no Direito Eleitoral. Pesquisas e testes pré-eleitorais. Propaganda eleitoral no rádio		

	e na televisão e direito de resposta. Propaganda eleitoral na internet.		
	15. Garantias Eleitorais: liberdade de escolha. Proteção jurisdicional contra atentado à liberdade de voto. Captação ilícita de sufrágio. Contenção ao poder econômico e ao desvio e abuso do poder político.		
	16. Eleição. Atos preparatórios. Fiscalização. Apuração e diplomação dos eleitos. Recurso contra a expedição de diploma.		
	17. Ações judiciais eleitorais. Recursos Eleitorais. Ação rescisória eleitoral.		
	18. Crimes eleitorais. Tipos penais e sanções. Processo penal eleitoral: prisão e período eleitoral. Competência, conexão e continência em matéria eleitoral. Ação penal eleitoral e recursos.		

2.9 - DIREITO ADMINISTRATIVO

OBSERVAÇÃO	ASSUNTO	ESTUDADO?	REVISADO?
	1. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro		
	2. Princípios Constitucionais da Administração Pública.		
	3. Função pública. Conceito. Divisão de competências. Delegação e avocação de competências.		
	4. Poder de Polícia. Limites e Fundamentos. Adoção de mecanismos consensuais no exercício do poder de polícia. Termos de ajuste de conduta administrativos. Termos substitutivos de sanção. Limites à delegabilidade do poder de polícia.		
	5. Ato administrativo. Elementos, requisitos, espécies. Controle formal e controle de mérito do ato administrativo.		
	6. Processo Administrativo. – A processualidade administrativa. O processo administrativo como instrumento de ação administrativa. Princípios do processo administrativo. Finalidades do processo administrativo. Leis gerais de processo administrativo. Mecanismos de controle do processo administrativo. Procedimentos em espécie. Processo		

	administrativo no Estado de São Paulo (Lei estadual nº 10.177/1998).		
	7. Bens públicos. Natureza jurídica. Bens públicos no Código Civil. Aplicação do regime público a bens do domínio privado. Espécies de bens públicos. Inalienabilidade, impenhorabilidade, imprescritibilidade dos bens públicos. Afetação e desafetação. Aquisição e alienação de bens públicos. Diferentes tipos de uso. Uso privativo pelo particular. Concessão, permissão e autorização de uso. Concessão de direito real de uso.		
	8. Discricionariedade: limites e fundamentos. Abuso e desvio de Poder.		
	9. Contratos Administrativos. Teoria Geral do Contrato Administrativo. Contratos Administrativos e Contratos da Administração. Convênios Administrativos. Formação, execução, alteração e extinção dos contratos administrativos típicos. Equilíbrio econômico financeiro dos contratos: conceito, fundamento e hipóteses.		
	10. Consórcios Públicos. Natureza jurídica, requisitos e procedimento de formação e extinção. Contratos de Programa. Contratos de Rateio.		
	11. Licitação. Fundamento constitucional. Inexigibilidade e Dispensa. Modalidades. Pregão. Regime Diferenciado de Contratação. Tipos de licitação. Fases do procedimento licitatório.		
	12. Serviços públicos. Conceito. Regime jurídico. Regime tarifário. Serviços públicos em regime de exclusividade e em regime de competição. Regulação de serviços públicos. Regime dos bens afetos à prestação de serviço público. Serviços públicos e serviços sociais. Serviços públicos e atividade econômica.		
	13. Concessão e permissão de serviços públicos. Conceitos. Modalidades de concessão. Concessões comuns, patrocinadas e administrativas. Reversibilidade de bens. Modalidades de extinção de concessões. Direitos dos concessionários e direitos dos usuários.		
	14. Parceria público privada. Conceito e modalidades. Regime jurídico. Contraprestação pecuniária e aporte. Requisitos. Regime de garantias. Atividades delegáveis e indelegáveis por meio de parcerias.		
	15. Estrutura da Administração Pública. Administração Direta e Administração Indireta. Órgãos e entes públicos. Princípios da Administração Indireta. Controle hierárquico. Empresas estatais: espécies e diferenças. Regime jurídico e governança		

	das empresas estatais. Controle dos entes da Administração Indireta.		
	16. Agências reguladoras. Conceito. Regime Jurídico. Competências. Controle dos atos das agências.		
	17. Fundações Públicas. Natureza jurídica e regime jurídico. Fundações governamentais de direito público e de direito privado. Fundações de apoio.		
	18. Responsabilidade Civil do Estado. Responsabilidade civil, extracontratual ou aquiliana do Estado. Panorama teórico e evolutivo da responsabilidade civil do Estado: a importância da jurisprudência francesa. Responsabilidade objetiva na Constituição. Causas excludentes e atenuantes. A reparação do dano: a relevância dos aspectos processuais		
	19. Organização funcional: cargos, empregos e funções públicas. Servidores públicos. Regime jurídico único. Direitos e obrigações. Processos Disciplinar. Regimes jurídicos funcionais. Regime de previdência do servidor público: aspectos constitucionais.		
	20. Desapropriação. Hipóteses. Desapropriação indireta. Desapropriação por zona. Desapropriação urbanística. Promoção de atos expropriatórios pelos particulares: hipótese e requisitos. Efeitos do decreto e utilidade pública. Destinação dos bens desapropriados. Hipóteses de desapropriação punitiva. Desapropriação por acordo e judicial: diferenças. Desapropriação de bens públicos de outro ente da federação.		
	21. Intervenção na propriedade e atuação no domínio econômico: servidão, requisição, ocupação temporária, tombamento e limitações administrativas.		
	22. Responsabilidade administrativa, civil e criminal do agente público.		
	23. Improbidade administrativa: (Lei nº 8.429/1992).		
	24. Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000).		
	25. Controle da Administração Pública. Espécies de controle. Controle interno e externo. Controle parlamentar, judicial, social e pelos Tribunais de Contas. Controle de legalidade e de economicidade. Controle operacional. Competências cautelares e sancionatórias dos órgãos de controle. Lei anticorrupção (Lei nº 12.846/2013)		
	26. Mandado de Segurança, Ação Popular e Ação Civil Pública.		

2. 10 – DIREITO AMBIENTAL

OBSERVAÇÃO	ASSUNTO	ESTUDADO?	REVISADO?
	1. Fundamentos éticos e filosóficos do direito ambiental.		
	2. A Constituição e o Meio Ambiente. O artigo 225: objetivo, alcance e reflexos. Ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental. Natureza pública da proteção ambiental. Tratados Internacionais sobre tema ambiental.		
	3. Princípios constitucionais ambientais. Princípio da solidariedade intergeracional. Princípio do desenvolvimento sustentável. Princípio do poluidor-pagador. Princípio do usuário-pagador. Princípio da função socioambiental da propriedade. Princípio da prevenção. Princípio da precaução. Princípio da participação. Princípio da informação ambiental. Princípio da ubiquidade. Princípio da moralidade e o meio ambiente. Outros princípios ambientais implícitos ou extraíveis do sistema constitucional.		
	4. Deveres genéricos do Poder Público em relação ao meio ambiente. Deveres específicos do Poder Público em relação ao meio ambiente. Competências administrativa, legislativa e jurisdicional em matéria ambiental.		
	5. A comunidade e a tutela constitucional do ambiente. Política Nacional de Educação Ambiental. Participação popular na política pública ambiental. Participação popular na administração, no Parlamento e no Judiciário. Responsabilidade Administrativa Ambiental. Responsabilidade Civil Ambiental.		
	6. Urbanismo. Meio ambiente urbano. Instrumentos urbanísticos de tutela do meio ambiente. A ética ambiental e o Estatuto da Cidade		
	7. Bem jurídico ambiental. Direito do Ambiente: conceito, princípios, objeto, instrumentos legais. Espaços ambientalmente protegidos. Sistema Nacional do Meio Ambiente. Tutela administrativa do ambiente: poder de polícia, competência. Legislação ambiental de parcelamento do solo e da cidade.		
	8. Patrimônio ambiental natural. Ar, Água, Solo, Flora, Fauna. Patrimônio ambiental cultural. Patrimônio ambiental artificial. Patrimônio genético, biotecnologia e biossegurança. Política Nacional da Biodiversidade.		

	9. Licenciamento ambiental. Estudo prévio de impacto ambiental. EIA/RIMA. Tutela e responsabilidade civil. Responsabilidade administrativa.		
	10. Poluição da água. Poluição Atmosférica. Poluição visual. Poluição por resíduos sólidos. Poluição por atividades nucleares. Agrotóxicos.		
	11. Jurisprudência das Câmaras Reservadas ao Meio Ambiente do Tribunal de Justiça de São Paulo. Jurisprudência dos Tribunais Superiores em matéria ambiental. Tutela jurisdicional do meio ambiente.		
	12. Instrumentos processuais da tutela ambiental. Inquérito civil. TAC. Ação civil pública. Ação popular constitucional. Mandado de segurança coletivo. Mandado de injunção. Ação penal pública ambiental.		

2.11 – DIREITO TRIBUTÁRIO

OBSERVAÇÃO	ASSUNTO	ESTUDADO?	REVISADO?
	1. Direito Tributário. Conceito, definições, denominações. Sistema Constitucional Tributário e Sistema Tributário Nacional. Princípios constitucionais. Princípios gerais. Limitações ao poder de tributar. Finalidades e objetivos do Sistema Tributário - Carga tributária.		
	2. Fontes do Direito Tributário. Fontes do direito positivo e da Ciência do Direito. A doutrina. Instrumentos primários e secundários. Legislação tributária: conceito, vigência, aplicação, interpretação e integração. A Lei nº 5.172/66, em face da Constituição Federal. Normas gerais de Direito Tributário na estrutura do Código Tributário Nacional. O art. 146 da Constituição Federal. Hierarquia da lei complementar: formal e material. Exegese sistemática das normas gerais de direito tributário.		
	3. Tributo. Acepções do vocábulo tributo. A definição do art. 3º do Código Tributário Nacional. Tipologia tributária no Brasil: o critério constitucional para a determinação da natureza do tributo. Denominação e destino do produto de arrecadação: art 4º do Código Tributário Nacional. Empréstimo compulsório. Taxas. Taxas e preços públicos. O pedágio. Contribuição de melhoria e outras contribuições. Empréstimos compulsórios.		

	Contribuições parafiscais. Impostos extraordinários. As contribuições (art. 149 e seus parágrafos da CF).		
	4. Imunidades tributárias: conceito, definição e natureza. Imunidade e Isenção. Imunidade recíproca. Imunidade dos templos de qualquer culto, dos partidos políticos e das instituições educacionais ou assistenciais. A imunidade do livro, dos periódicos e do papel destinado à impressão. Outras hipóteses de imunidade. Imunidades de taxas e de contribuições.		
	5. Regra da incidência tributária. Hipótese tributária e fato jurídico tributário. Acepção de "fato gerador". O fato gerador segundo as prescrições do Código Tributário Nacional. Relação jurídica tributária. Obrigação tributária no Código Tributário Nacional: principal e acessória. Sujeito ativo e passivo. Sujeito passivo e solidariedade. Contribuinte e responsável. Definição da dívida tributária: base de cálculo e alíquota.		
	6. Crédito tributário. Lançamento. Natureza jurídica. Características, efeitos e modalidades. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Extinção das obrigações tributárias. Exclusão do crédito tributário.		
	7. Infrações e sanções tributárias. Espécies de infrações tributárias. A fraude à lei e o abuso de direito no ordenamento jurídico tributário. Infrações no Código Tributário Nacional. Responsabilidade dos sucessores e de terceiros. Tipicidade, vinculabilidade tributária e denúncia espontânea. Fraude à execução.		
	8. Garantias e privilégios do crédito tributário.		
	9. Administração tributária. Atividade da administração tributária. A fiscalização do cumprimento das prestações tributárias. Dever de sigilo. Dívida ativa e certidões negativas.		
	10. Competência tributária. Tributos dos Estados e dos Municípios. Orçamento Público e Direito Tributário.		
	11. Ações de natureza tributária. As Execuções Fiscais.		

2.12 - DIREITO EMPRESARIAL

OBSERVAÇÃO	ASSUNTO	ESTUDADO?	REVISADO?
	1. Origens e história do Direito Comercial. Teoria dos atos de comércio. Teoria da empresa e atividade empresarial e mercado.		
	2. O Direito Civil e o Direito Comercial: autonomia ou unificação. Fontes do Direito Comercial. Os perfis do mercado.		
	3. Princípios constitucionais econômicos e sua instrumentalidade para o funcionamento do mercado.		
	4. Direito de Empresa no Código Civil. A empresa e o empresário. Noção econômica e jurídica de empresa. Empresário e sociedade empresária. A atividade empresarial. Capacidade. Empresário rural. Obrigações gerais dos empresários.		
	5. Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins. Escrituração e demonstrações contábeis periódicas.		
	6. Empresa individual de responsabilidade limitada. Estabelecimento empresarial. Nome empresarial. Direitos e Obrigações relativas à propriedade industrial: Lei nº 9.279, de 14/5/1996.		
	7. Disciplina jurídica da concorrência. Concorrência desleal. Repressão civil e penal. Infração da ordem econômica. Sanções por infração da ordem econômica.		
	8. A atividade empresarial e a publicidade: tutela do consumidor.		
	9. Teoria Geral do Direito Societário. Ato constitutivo das sociedades. Classificação das sociedades. Da sociedade não personificada e personificada. Sociedades simples e sociedades empresárias. Registro Público das sociedades. Sociedade rural. Desconsideração da personalidade jurídica.		
	10. Sociedade limitada.		
	11. Sociedade anônima (Lei nº 6.404/76).		
	12. Teoria Geral dos Títulos de Crédito. Títulos de crédito no Código Civil. Letra de câmbio, nota		

	promissória, cheque, duplicata. Títulos de crédito impróprios. Títulos bancários. Títulos do agronegócio. Títulos eletrônicos ou virtuais.		
	13. Teoria Geral do direito dos contratos. O Comércio eletrônico. Contratos empresariais. Compra e venda mercantil. Contratos de colaboração.		
	14. Contratos bancários. Mútuo, fiança, penhor e seguro. Arrendamento mercantil. Fomento Mercantil. Franquia. Alienação fiduciária em garantia. Cartões de Crédito. Transporte de carga, fretamento e armazenagem. Agenciamento de publicidade.		
	15. O empresário e a relação de consumo. Da tutela contratual dos consumidores.		
	16. Teoria Geral da Falência. Falência na Lei nº 11.101/2005. Órgãos da falência. Efeitos da falência. Processo de falência. Pedidos de restituição. Da ineficácia e da revogação de atos praticados antes da falência. Realização do ativo. Classificação e pagamento dos credores. Encerramento da falência. Liquidação extrajudicial de instituições financeiras e entidades equiparadas.		
	17. Teoria Geral da Recuperação da empresa. Recuperação judicial e recuperação extrajudicial. Órgãos da recuperação judicial. Processo da recuperação. Verificação dos créditos.		